



PARECER PRÉVIO Nº 45/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11143/2014.

Aposos: Processo nº 11054/2014, 10619/2013 e 11528/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Envira

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Ivon Rates da Silva (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Silvana Grijo Gurgel Costa Rego - OAB/AM nº 6.767 e Jocione dos Santos Souza - OAB/AM N. 6.901.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICREA E DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2641/2017-DMP, Dra. Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Envira. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Envira, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do **Sr. Ivon Rates da Silva**, Prefeito e Ordenador de Despesas à época, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º da CF/88 c/c art. 127, CE/89, art. 18 LC nº 06/91 e art. 1º, I da Lei n. 2423/96.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Novembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



PARECER PRÉVIO Nº 45/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOAO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 45/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11143/2014.

Aposos: Processo nº 11054/2014, 10619/2013 e 11528/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Envira

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Ivon Rates da Silva (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Silvana Grijo Gurgel Costa Rego - OAB/AM nº 6.767 e Jociene dos Santos Souza - OAB/AM N. 6.901

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICREA E DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2641/2017-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça,

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Envira. Exercício de 2013

Irregularidade. Determinação. Multa. Alcance. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, , nos termos do voto do Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Envira, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do **Sr. Ivon Rates da Silva**, Prefeito e Ordenador de Despesas à época, com fulcro no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n. 2.423/96;

10.2. Determinar à Câmara Municipal de Envira, o cumprimento do art. 127, §§5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o prazo de 60 (sessenta) dias para o julgamento das contas do exercício de 2013, sob responsabilidade **Sr. Ivon Rates da Silva**, Prefeito e Ordenador de Despesas à época;

10.3. Aplicar Multa ao **Sr(a). Ivon Rates da Silva**, Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Envira **no exercício de 2013**, no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil e noventa e seis reais e três centavos) **por cada mês de competência em que houve atraso no envio de dados via ACP**, ou seja, de **janeiro a dezembro**, **totalizando** o valor de **R\$**



ACÓRDÃO Nº 45/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.3.1 - FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”. Dentro do prazo conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3.2- AUTORIZAR a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.4. Aplicar Multa ao Sr(a). Ivon Rates da Silva, ao Sr. Ivon Rates da Silva, Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Envira no exercício de 2013, no valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos) por cada semestre em que houve atraso no envio de dados do Relatório de Gestão Fiscal, ou seja, 1º e 2º semestres, totalizando o valor de R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

10.4.1 - FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”. Dentro do prazo conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº 45/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

10.4.2- AUTORIZAR a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.5. Aplicar Multa ao **Sr. Ivon Rates da Silva**, Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Envira **no exercício de 2013**, no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), pelas impropriedades remanescentes registradas nos subitens 1.2, 1.3, 1.5, 1.8, 1.16, 2.1, 2.2 e 3.2 deste voto, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.5.1 - FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”. Dentro do prazo conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.5.2- AUTORIZAR a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.6. Considerar em Alcance o **Sr. Ivon Rates da Silva**, Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Envira **no exercício de 2013**, no valor de **R\$ 341.313,71 (trezentos e quarenta e um mil, trezentos e treze reais e setenta e um centavo)**, com fulcro no art. 304, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, referente ao total de **despesas realizadas com Passagens e Despesas com Locomoção, sem a comprovação de sua legitimidade**;



ACÓRDÃO Nº 45/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

10.6.1 - FIXAR PRAZO de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor mencionado acima à esfera Municipal, para Prefeitura Municipal de Envira, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

10.6.2 - COMUNICAR a Prefeitura Municipal de Envira para que inicie os devidos procedimentos para a devolução imediata aos cofres municipais, tendo em vista que, no julgamento das contas do gestor, o **Sr. Ivon Rates da Silva**, Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Envira **no exercício de 2013**, foi julgado em alcance conforme item 7 deste voto;

10.7. Determinar à atual gestão da Prefeitura Municipal de Envira que observe com rigor as Resoluções nº. 15/13 e 24/13 – TCE/AM, alimentando o Sistema GEFIS com informações fidedignas;

10.8. Recomendar à atual gestão da Prefeitura Municipal de Envira que observe com maior rigor a legislação pertinente aos temas tratados nos autos, assim como as disposições contidas no Relatório Conclusivo n. 04/2015-DICAMI (fls. 1764/1812), e as considerações realizadas neste voto nos subitens 1.6 e 1.12;

10.9. Determinar que a próxima Comissão de Inspeção destinada ao Município de Envira considere no escopo de inspeção a averiguação das questões tratadas nos subitens 1.4, 1.7, 1.9 e 1.13 do voto.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Novembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 7

ACÓRDÃO Nº 45/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/ 2018 – TCE – Tribunal Pleno)

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral